

ESTUDOS CRÍTICOS E RECENSÕES

LOPES, Oscar — *Gramática simbólica do Português* — Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1971.

A lógica nascida do poema de Parménides tornou-se, entre os Gregos, um instrumento (organon) para a compreensão de um mundo real e verdadeiro. Durante a Idade Média, a lógica perdeu a relação com a sua origem ontológica transformando-se na «arte do raciocínio» a partir das «proposições primeiras», as verdades de Deus e da Revelação. Na Idade Moderna, a mesma lógica, embora perdendo a relação com «as proposições primeiras», continuou sendo a reguladora do raciocínio. Em fins do século XIX, a lógica proposicional, caminhando em direcção às matemáticas através do cálculo de proposições, formalizou-se completamente. A matemática, por sua vez, serviu-se da lógica para analisar os seus princípios em ordem a uma construção mais precisa e verdadeira. Desse duplo contributo, nasce a chamada Lógica Simbólica, que passou a constituir a ciência das leis formais coordenadoras do raciocínio correcto. O problema da lógica é o da correcção das operações

lógicas que não o da verdade ontológica.

No entanto, após Bertrand Russel, a lógica dita clássica seccionou-se em vários tipos, como as lógicas modais, as plurivalentes e as lógicas fracas. A lógica modal parte do princípio de que a proposição é modal, se o verbo é modificado e a asserção se acha, de certa maneira, vinculada ao advérbio. A divisão Kantiana das proposições (assertórias, apodíticas e problemáticas) encontra em J. Lewis, Tarski e, sobretudo, em Von Wright uma reformulação, ao considerar quatro tipo de modalidades: aléticas, epistémicas, deónticas e existenciais.

A lógica plurivalente substitui a lógica bivalente de tipo clássico e passando pelos cálculos trivalentes, chegou à lógica probabilística de valores infinitos. As lógicas fracas representam determinada evolução da lógica clássica.

Desempenha um papel fundamental na lógica a abstracção, aliás esta não é mais do que a forma lógica separada do conteúdo. Além disso, a forma lógica de qualquer coisa depende da sua estrutura, do modo como

as suas partes se interrelacionam; os elementos, em si, não constituem uma estrutura, conseguem-na através de determinadas relações entre si. É na frase que se estabelecem as relações, por meio da posição sintagmática ou do chamado nome de relação.

Na estrutura lógica há que atender à denotação dos vocábulos e à sua conotação, o que dificulta imenso a análise das proposições. O vocabulário lógico leva à economia de expressão das relações. Esta economia, por outro lado, empresta à esquematização proposicional e relacional maior precisão e garante ausência de ambiguidade. Deste pressuposto se chega à noção e uso de diagramas, com base matemática ou não, obtendo-se uma maior explicitação de determinado contexto.

É de considerar ainda a diferença entre lógica e metalógica, distinção alicerçada nas noções de «afirmar» e «considerar»; a primeira atenta na construção dos sistemas lógicos, a segunda, a metalógica desses sistemas, analisa as propriedades dos sistemas e das expressões neles incluídas. Além destes estudos metalógicos, deve salientar-se também a importância dos estudos metamatemáticos.

A lógica preocupa-se com a chamada «verdade lógica», estabelecida através da validade da argumentação. Como a argumentação se baseia no uso das proposições, cuja realização supõe uma linguagem, esta é procurada num vocabulário técnico especializado para a lógica. O uso deste

vocabulário ajuda a eliminar certas dificuldades no problema da apresentação e da explicitação da validade do argumento. O uso de símbolos na abreviação dos argumentos é aplicado em termos de enunciados ou sentenças, e estas são substituídas por símbolos de modo a realçar a estrutura lógica da mesma sentença. O simbolismo lógico constitui uma linguagem artificial que possibilita um cálculo com o auxílio de uma gramática lógica, em vez da gramática de linguagem natural. Há, com o manuseio dos símbolos, a passagem da noção abstracta da forma (a que se opõe à de matéria) para uma noção concreta, visual, a noção de forma no sentido geométrico, figuras combináveis de acordo com certas regras e que se transformam em novas figuras com a aplicação de novas regras. O raciocínio assim conseguido, torna-se «formalizado». É característico da lógica moderna a formalização, o que supõe a escrita simbólica. Tudo isto leva a lógica para o campo do cálculo com abstracção não só do conteúdo empírico ou referencial, mas também do significado dos símbolos, e a atentar apenas no modo de combinação desses símbolos e de suas transformações em outros mais ou menos complexos.

Evitando discriminar todos os meandros da lógica simbólica e passando por cima de muitos dos seus problemas, sobretudo os que se referem à aplicação concreta nos diferentes domínios, aludimos apenas a alguns aspectos da análise da linguagem dentro dos

princípios simbólicos. A análise dessa linguagem, que é a da ciência, importa-se mais com as sentenças declarativas. Estas estão ligadas a estados emotivos, volitivos ou apelativos o que leva para o campo da pragmática; por outro lado, as sentenças podem referir-se a alguma coisa, o referente, e fica-se no domínio da semântica. Desprezando os «denotata» ou «designata», a investigação concentra-se apenas em certas propriedades formais das expressões e suas interrelações respectivas — o que nos situa na sintaxe lógica. A análise da linguagem objecto (a linguagem a analisar) precisa duma meta-linguagem, a linguagem de análise. Ora a teoria formal de uma linguagem objecto, formulada na metalinguagem, é a sintaxe da linguagem objecto ou, melhor dito, sintaxe lógica.

Há todo um complexo teórico construído à volta da linguagem ou das linguagens a partir dos princípios da lógica simbólica.

O autor da *Gramática Simbólica do Português* afirma lúcida e honestamente que não pretendeu «uma logificação (...) de todas as estruturas da língua portuguesa», além do mais, por impossível, «nem uma explicitação da competência do loquente português normal», o que mesmo na lógica simbólica não está previsto, nem é possível.

O que Óscar Lopes procurou foi «ensaiar a possibilidade de interpretar certas construções fundamentais do Português como modelos concretizadores» do cálculo proposicional, teoria elemen-

tar e ingénua dos conjuntos, teoria dos predicados quantificados, certas estruturas relacionais, topologia e lógica modal (p. VIII).

Em primeiro lugar, deve salientar-se a importância duma obra como esta, pelo que contém e pelo que deixa pressentir de sondagens, de experiências feitas em pleno campo de ensino, e sobretudo porque representa uma tentativa válida de alguém, que metido no ensino, procura aplicar as teorias à prática, o que, entre nós, neste domínio, estava a fazer imensa falta.

Sem de modo algum pretender fazer a análise pormenorizada da totalidade da obra, quero somente discutir alguns pontos e apoiar outros.

Antes de tudo, embora seja de reconhecer a validade da teoria pressuposta pela lógica simbólica, pela formalização da análise da linguagem, creio existir uma certa incoerência nos pressupostos teóricos da teoria: a lógica simbólica parte da pragmática para a semântica e desta para a sintaxe. Não é fácil separar a pragmática da semântica, nem é o melhor processo colocar a sintaxe em último lugar, pois a sintaxe é a parte da gramática mais facilmente formalizável a que menos se presta a ambiguidades, e a que será capaz de fornecer melhor ponto de partida para as restantes partes. Além disso, a sua complexidade exige um mínimo de preparação, matemática, lógica e linguística, o que é difícil, na estrutura actual da Universidade Portuguesa, encontrar-se numa só

pessoa, e, por isso mesmo, sugere uma interrogação sobre a viabilidade de uma tal gramática, a menos que se aceite as teorias e interpretações feitas sem discussão e, por vezes, compreensão. Creio ainda ser pertinente a alusão a uma teoria em certos casos falível, e à sua aplicação não distinguindo a pragmática, da sintaxe e semântica. Não será possível? Oscar Lopes, de início, previne o leitor de que pretendeu apenas interpretar algumas estruturas da língua portuguesa, segundo modelos da lógica simbólica.

Entrando mais no interior da obra, os exemplos demonstrativos da possibilidade e da conveniência da formalização, em ordem à análise da linguagem e seus elementos como coisas, são conseguidos, dando-se conta de matizes de significação e de progressão lógica do conhecimento e da compreensão a adquirir pelo aluno. O exemplo do apólogo ou da fábula efectivamente presta-se a um esclarecimento pelo processo simbólico.

Trata-se, no entanto, de uma simples abordagem na exploração geral de um texto.

Quanto ao cálculo proposicional, o autor começa por se inserir nas proposições ao nível de períodos e de orações. O período é reduzido a orações, no plano bivalente (verdadeiro e falso), com a interpretação provisória igual das orações exclamativas, interrogativas, etc. As operações lógicas proposicionais, como a negação, a disjunção exclusiva e inclusiva, o produto proposicional, a implicação, a implicação reci-

proca ajudam a desfazer ambiguidades, a não deixar passar colapsos na interpretação de enunciados, etc., põem em cheque certas classificações tradicionais, distinguindo o que não é distinto e identificando o que não é idêntico classificatoriamente. Mas o maior mérito do «uso didáctico gradativo do cálculo proposicional» é fazer «passar de uma análise rígida (...) a uma análise em permanente disponibilidade» (p. 32). O que não me parece fácil é precisamente conciliar a não «frouxidão interpretativa» e essa análise em permanente disponibilidade. As reflexões do autor sobre os nomes e conjuntos, aplicáveis na distinção entre nomes comuns e nomes não-comuns, o uso do artigo e dos quantificadores nessa distinção, o recurso à complementaridade, intersecção, reunião, incompatibilidade, inclusão, mostram-se válidos, que não totalmente claras e precisas no que se referem ao tratamento da polissemia, sinonímia, homonímia, metáfora, antonímia, etc., sobretudo se se tiver em conta a pragmática. Não creio poder tratar-se com rigor a antonímia com a noção de disjunção e complementaridade, pois neste campo há que salientar a diferença de sentido, a gradação, a incompatibilidade, reservando-se a designação de antónimo apenas para os casos em que há um «super-ordenado», ou «identificador lexical» ou «arqui-semema», como indicativo duma classe ou conjunto que incluía determinado número de sememas, exclusivos em si, mas com uma base sémica comum além dos diferenciadores.

A flexão de género, pressupondo uma dicotomia além da simples classificação, um erro que a semântica desmente, por não corresponder a qualquer coisa no mundo dos referentes, em muitos dos seus casos, é falível. Quanto ao número e aos colectivos, a perspectiva conjuntista dá plena conta de todos os pormenores, mesmo os mínimos, o que não acontecia com a gramática tradicional. A distinção do adjectivo como atributo e como nome predicativo, quer formalmente, no plano da sintaxe lógica, quer significativamente, é demonstrada em plena evidência. Contudo, esta distinção e a relação da sinonímia com a inclusão, podem ser tratadas com mais rigor através da gramática transformacional generativa, através duma formalização plena e da correspondente interpretação semântica. O que não equivale a recusar o reconhecimento do progresso notável da explicação conjuntista em relação à gramática tradicional.

A noção de molde proposicional, na sua relação com a proposição, na conversão da primeira na segunda e vice-versa, dá oportunidade ao autor de tratar os numerais e os pronomes indefinidos e artigos como operadores de quantificação, isto é, meios utilizados na conversão do molde proposicional em proposição. E ainda neste caso a teoria dos conjuntos mostra-se sumamente válida no desmenbramento das significações, e na discussão de ambiguidades, normalmente apresentadas de modo confuso, como acontece com 'qualquer' e expressões similares.

A teoria do molde proposicional aplicada à explicação da oração relativa, mostra o nexó específico entre a subordinante e a subordinada, a sua função adjectival; dá ainda nova luz à análise dos pronomes pessoais e demonstrativos. Por outro lado, os demonstrativos e os advérbios de função deictica ou mostrativa, os pronomes pessoais (por igual motivo), exemplificam a teoria topológica através do espaço bi-dimensional ou quadrimensional neles incluído. A este propósito, as representações diagramáticas (p. 145-150) revelam o que por outra via os linguistas (como E. Benveniste, Herculano de Carvalho, etc.), já demonstraram, mas efectivamente esta análise topológica contém maior pormenorização de matizes significativos.

A propósito de relações, através da relação binária (produto cartesiano), grafos, aplicações (estas como aplicação sobrejectiva e injectiva-bijectiva), dá-se conta das relações entre nomes próprios, e explicita-se ainda mais a numeração. As operações a partir das relações binárias são o quadrado cartesiano, a intersecção e a reunião e sobretudo a composição relacional. Aplica o cálculo relacional às preposições e aos regimes prepositivos dos verbos, especificamente ao verbo transitivo na relação binária ou ternária. Trata ainda, relativamente à mesma questão, da sua simbolização diagramática.

A substituição de relações por relações equivalentes, é feita através da conversão e da negação relacionais. A transformação pas-

siva serve de ponto prático efectivo. Refere as relações reflexiva e não-reflexiva, simétrica e a-simétrica, apelando finalmente para uma hierarquização ou sincronização das relações referidas. A relação de ordem estrita, irreflexiva, assimétrica e transitiva, é utilizada pelo autor para explicação dos «graus de comparação». Os princípios conjuntistas e a formalização são postos ao serviço da flutuação semântica dos chamados graus. Discute-se a atribuição do valor médio ao positivo e a arrumação (desarrumação) do superlativo absoluto. Quanto ao comparativo é reduzido a dois graus com a equiparação do comparativo de igualdade à intersecção na formalização relacional. A análise formal dá conta do que a intuição do falante presente mas que a gramática tradicional ilude. A graduação vista no plano lógico está (ou pode estar) presente nos adjectivos e advérbios, ainda nos verbos e nos nomes substantivos. Esta teoria comparada com a gramática tradicional ultrapassa-a em muito, mas não parece atingir maior precisão do que aquela em que é feita segundo os esquemas da análise sémica, quer no plano estrutural, quer no componencial.

Os tipos de abstracção são considerados na sua dimensão total, tendo a referência e os enunciados, como coordenadas a explicitar. É discutida ainda a diferença entre verbos transitivos e verbos de significação indefinida, atribuindo aos nomes predicativos (do sujeito) e ao apositivo a sua inclusão nas expressões que têm como base $\chi \epsilon \alpha$. Apre-

senta moldes interpretativos para as nominalizações, dissecando-as em suas possíveis realizações.

A coordenação do tempo é expressa por verbos e por outras expressões. A sua situação concreta estabelece-se entre dois termos em que o presente constitui um desses termos, daí a relação da noção de tempo com a de pessoa verbal. A noção de aspecto entra nas relações conjuntistas como «expressão quantificada de qualquer processo» (p. 223). Distingue o tempo universal (o tempo gnómico) e as suas variantes expressas por sufixos, perifrases, etc., na acepção iterativa, o aspecto existencial, formas verbais, os restantes, doutras formas não verbais.

É particularmente complexo o que se refere aos modos linguísticos e às modalidades lógicas pela implicação da semântica e da pragmática na análise sintáctica, o que dificulta a formalização, como reconhece o autor.

É grande o mérito da obra por ter realizado concretamente e no plano prático uma teoria complexa e se não totalmente isenta de defeitos, bem construída.

Em certos pormenores, como no tratamento da noção de tempo, nas noções de sinonímia, antinonímia, etc., pode falhar, pelo facto de as equivalências lógicas não serem muitas vezes as equivalências provenientes da pragmática, contudo, podemos considerar esta tentativa de gramática simbólica como um acontecimento importante em ordem a qualquer coisa mais que teoria no ensino da gramática e da língua, ou de análises e interpretações apre-

sentadas como únicas e obrigatórias. A grande dúvida que ficará sobre a orientação da gramática simbólica como teoria e como prática é a de saber se a formalização deverá partir da fala como um «corpus», ou da produção do discurso, da língua em relação à competência do (s) falante (s).

MARIO VILELA

GARVIE, A. F. — *Aeschylus' Supplices: Play and Trilogy* — Cambridge University Press, 1969, VIII, 279 pp.

Muito criterioso e bem estruturado é este estudo que A. F. Garvie faz sobre *As Suplicantes* de Esquilo. Ao longo de toda a obra, o autor revela vastos e sólidos conhecimentos, discute judiciosa e perspicazmente a problemática da peça, chegando sempre a conclusões sensatas e equilibradas.

Logo, no prefácio, define a sua posição, aceitando como fidedigno o fragmento 3 do Papiro de Oxirrincó, XX, 2256, através do qual fica provado que *As Suplicantes* não são a mais antiga das peças supéstitas de Esquilo. Pensa Garvie que esta tragédia deverá ter sido composta durante o período que medeia entre *Os Sete contra Tebas* e a *Oresteia*.

No primeiro capítulo, é estudado o já aludido fragmento, que, por se encontrar corrupto, levanta inúmeras questões de crítica textual. Sempre cauteloso («it is dangerous to let one's

imagination roam too far...»), Garvie limita-se a propor para a referida didascália, apenas como «a possible restoration», uma leitura que nos parece muito plausível. Inteligentemente considera que, embora muito se possa discutir a respeito de uma boa parte do texto da didascália, o certo é que, pelo menos, as linhas 2-4 não oferecem dúvidas e precisamente delas se recolhe a informação de que o vencedor do concurso dramático mencionado pelo fragmento foi Esquilo e que, nesse mesmo festival, foi atribuído o segundo lugar a Sófocles. Ora, Sófocles alcançou, pela primeira vez, a vitória em 468 a. C. Com a tetralogia a que pertenciam *Os Sete contra Tebas* obteve Esquilo o primeiro lugar em 467 a. C. Logo, a didascália não poderá referir-se a uma data anterior a 466 a. C.

Mas não é sem exame nem reflexão que Garvie aceita o fragmento 3 do papiro de Oxirrincó. Com toda a sua louvável honestidade, pondera as razões que possam ser aduzidas por aqueles que, de um modo ou de outro, contestam a validade da didascália. Ao agrupar em seis categorias aqueles que infirmam este testemunho paleográfico, revela Garvie uma vincada capacidade de síntese. Com um forte poder de argumentação, rebate essas teorias, sempre repudiando as conjecturas fantasistas e infundadas.

Nos dois capítulos subsequentes — «Style» e «Structure» — analisa pormenorizadamente, de vários ângulos, a tragédia em si e em relação com as restantes peças

de Esquilo, para concluir que não é possível estabelecer-se de obra para obra do tragediógrafo, nem do ponto de vista do estilo, nem do ponto de vista da estrutura, uma progressão linear. É convicção sua que a «Straight-line theory» só seria talvez aceitável, se possuíssemos grande quantidade de peças do autor, escritas em vários períodos da sua vida. Reconhece — é certo — que, em determinados aspectos (estrutura das frases e uso frequente da «composição-em-anel»), pode estabelecer-se uma distinção entre *As Suplicantes* e as outras peças de Esquilo. Mas estas diferenças não bastam para criar um critério cronológico, pois, por um lado, noutros aspectos, a composição de *As Suplicantes* encontra-se próxima dos processos utilizados por Esquilo na *Orestea* e, por outro lado, as restantes peças apresentam, por vezes, determinadas características que podem ser tida por arcaicas. De resto, um só argumento aduzido pelo autor bastaria para demolir a hipótese de uma evolução linear: as diferenças estilísticas existentes entre as três peças que constituem a trilogia da *Orestea*.

A medula da sua teoria — quanto a nós, muito avisada — consiste em considerar que tudo depende das exigências dramáticas. Por isso, pensa Garvie que não há razão para supormos que

Esquilo não pudesse, na maturidade, voltar a usar um processo de composição e um estilo de que se servira nos primeiros tempos da sua carreira, se o tema da peça a isso se prestasse, pois, a seu ver, é absurdo pensar-se que «an author's style must develop with complete consistency, that he can never return to a technique or a feature of his earlier style»¹. Aliás — para só citar um exemplo claro — Garvie reconhece que, quanto ao emprego da chamada «ring-composition» (técnica que consiste em voltar, no fim de uma fala, às palavras ou ideias contidas no início), *As Suplicantes* constituem um caso especial em relação às outras peças: apresentam, com maior frequência, este tipo de composição e um mais acentuado paralelismo verbal.

Algumas páginas dedica o autor ao condicionalismo político, tema a que sensatamente não atribui uma importância desmedida, porque o poeta não faz propaganda política (recorde-se a propósito a sempre válida opinião de Wilamowitz: «Aischylos ist kein Politiker, sondern ein Dichter»). Nota, no entanto, Garvie — e isso vai fornecer-lhe mais um elemento comprovativo da data tardia da composição da peça — que, em 463 a. C., devia reinar em Atenas um clima favorável à aliança com Argos.

¹ Porque concordamos com este ponto de vista, que foi, aliás, também o que defendemos em tese de licenciatura, não percebemos por que razão Garvie, ao recensear na revista *Phoenix* (XXIV, 1970) esse nosso trabalho, considerou pouco satisfatória a solução que adoptámos de atribuir à composição da peça uma data tardia, reconhecendo embora que, por conter elementos arcaicos provenientes do papel relevante do coro, pode ser considerada arcaizante.

Ora — conclui o autor — se ficou provado que estilística e estruturalmente a tragédia não é, por força, arcaica e se, pelo contrário, se ajusta à conjuntura política de 463 a. C., já não haverá qualquer razão para continuarmos a pensar que data do começo da produção literária de Esquilo.

O último capítulo trata dos fragmentos pertencentes às restantes peças da tetralogia das Danaides. Depois de apresentar as mais variadas versões da lenda, delas colhe quatro pontos em que todas são coincidentes. A respeito da sequência da trilogia não sai do campo das hipóteses — aliás bastante prováveis, nalguns pormenores — pois, por sistema, foge a tudo o que seja especulativo e não possa ser comprovado.

Concordamos em absoluto com a interpretação que o autor dá à trilogia: as Danaides, embora tivessem o direito de recusar o casamento com os primos, acabam por incorrer também em ὕβρις. E neste ponto que o autor atinge a questão fulcral da peça e da trilogia: por que razão recusam as Danaides o casamento com seus primos? Depois de refutar cabalmente várias causas que têm sido invocadas (contenda entre Dânao e o seu irmão Egípto; devoção fanática das Danaides a Artemis; amazonismo das Danaides; repúdio do incesto) conclui que o motivo que faz com que as filhas de Dânao odeiem aquelas núpcias não obedece a nenhum princípio moral ou social, pois se encontra no próprio temperamento das donzelas. A este pro-

pósito discute a controversa expressão ἀλλ' αὐτογενεῖ φυξανορίαί e perfilha a opinião de Kurt von Fritz que pensa que os versos 7 e 8 se contrapõem ao v. 9, pois naqueles as Danaides dizem que não foram coagidas a fugir e neste declaram — em sua opinião — que o fizeram, antes, espontaneamente.

Com a sua habitual imparcialidade, Garvie reconhece, no entanto, que o coro, nalguns versos, manifesta evidente relutância a todo e qualquer casamento e — ainda de acordo com von Fritz conclui que a φυξανορία das Danaides, a princípio de carácter particular, se generalizou, quando exacerbada pela violência de seus bárbaros perseguidores.

O autor dá notícia de um fragmento que, segundo alguns, é atribuível à terceira peça da trilogia. Parece a Garvie difícil — senão impossível — indicar a que peça pertenceria esse fragmento, não só por se encontrar em mau estado de conservação, sendo duvidoso o restabelecimento do texto, como também por conter palavras incaracterísticas.

Faz, por fim, uma referência muito breve ao drama satírico *Amimone*, admitindo que a peça «varia» em «andamento» alegre o mesmo tema da trilogia, que, em suma, seria este: vitória da persuasão sobre a violência.

Ao chegar ao termo da obra, Garvie faz o balanço daquilo que se sabe e do muito que se ignora, concluindo que apenas se pode ter uma certeza, com respeito às duas últimas peças da trilogia: a de que algures, em *Danaides*,

Afrodité faz uma alocução sobre os poderes do Amor.

Em apêndice, Garvie alude ao que se tem dito do castigo das Danaides nos Infernos.

Fecha o livro uma extensa bibliografia, um índice de passos citados e um outro de matérias muito útil e bem elaborado.

ANA PAULA SOTTOMAYOR

VIEIRA DE LEMOS, A. — ALMOYNA, J. Martínez — *A Obra Espanhola de Camões-Estudo Crítico* — 2.^a edição, Porto, s. d.

As comemorações do quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas* não esqueceram que Camões foi em larga parte um poeta ibérico não só pelo uso que faz das duas principais línguas da Península, mas também pelo facto de várias dimensões da sua obra serem antes de mais hispânicas, como também porque ainda algumas das mais calorosas (e não só das primeiras) recepções à sua obra chegaram de Espanha, onde nunca deixou de estar em favor, apesar dos ataques violentos de Fr. Martin Sarmiento à volta de 1762, mas por motivos tão partidários que se refutam a si próprios. Também como qualquer comemoração centenária esta levou — ou permitiu... — à reedição de vária bibliografia que com o andar dos anos se tinha enrarecido e, em alguns casos, naturalmente encanecido. É até certo ponto o que se verifica com A OBRA ESPANHOLA DE CA-

MÕES, reeditada em 1972, tal como apareceu em 1959, data em que certamente prestou serviços.

Contudo, reeditá-la assim, sem mais — mesmo que esse mais não passasse das razões dessa reedição — parece-nos pouco justificável, já que não sendo apenas (e mesmo que fosse) uma simples edição da obra camoniana em espanhol reedita, sem qualquer prevenção, referências ao «estado da questão» camoniana tal como ela também se apresentava à data da primeira edição.

Efectivamente *A obra espanhola de Camões* é antecedida dum largu introdução (I Parte) que não visa tanto o objecto primeiro do trabalho — a obra espanhola de Camões — como Portugal na época de Camões, o bilinguismo no seu tempo, a vida de Camões (de que Stork e T. Braga são as principais fontes, com todos os seus amores anagramáticos) juntamente com algumas reflexões sobre Camões lírico, épico e dramático. Nem sequer o capítulo sobre «Camões visto pelos espanhóis», perspectivas de leitura espanholas da obra camoniana, sobretudo do «século de ouro» (pois pelo que se refere aos séculos XVIII e XIX apenas uma das de Juan Valera nos é referida e do século XX somente se apontam um elogio de R. Maeztu e dois trabalhos de Fernandez Almuzara e Filgueira Valverde), nem o capítulo seguinte sobre «as influências espanholas em Camões», estudam a obra espanhola camoniana. Contudo, para além de certas imprecisões e síntese pouco seguras devidas à

bibliografia utilizada à data da primeira edição, e de outras devidas a erratas (D. João III pai de D. Sebastião, pág. 4) que não têm por que ser aqui ponderadas, a introdução guarda, mesmo assim, um tom equilibrado ao referir dados e problemas camonianos.

A segunda parte, além do teatro bilingue camoniano, publica o «corpus» lírico espanhol de Camões tendo em consideração as principais edições seiscentistas, os trabalhos do Visconde de Jurumenha, de Marques Braga, José Maria Rodrigues, Costa Pimpão e Hernâni Cidade, seguindo, no conjunto, a lição textual deste último, não tendo, portanto, submetido esse «corpus» lírico a uma revisão ulterior de acordo com os estudos mais recentes (R. Bismut, *La Lyrique de*

Camões, Paris, PUF, 1970, põe sérias reservas à atribuição a Camões da redondilha *Para qué dan tormiento* e dos sonetos *ilustre García, nombre de una moza* e *Ondas que por el mundo caminando*, conf. págs. 272-273, 347 e 378, respectivamente).

Seria, contudo, injusto negar a total validade duma obra que quer ser sobretudo uma afirmação palpável da dimensão peninsular de Camões e é uma sugestão séria para um estudo mais vasto a fazer: a investigação do valor e sentido dos elogios e referências a Camões e à sua obra desde 1580 até hoje que poderia por si só oferecer já uma ampla perspectiva para uma estética recepcional da obra camoniana.

JOSE A. DE CARVALHO

